

PARÓDIAS QUEIROSIANAS DA CAVALARIA MEDIEVAL

*Maria do Amparo Távares Maleval**

RESUMO

Exame das paródias do cavaleiro e do peregrino medievais estabelecidas por Eça de Queirós em *A ilustre Casa de Ramires* e *A relíquia*, confrontadas estas obras com o código cavaleiresco registrado no *Livro da Ordem de Cavalaria*, de Ramon Llull, corporificado em Galaaaz, na *Demanda do Santo Graal*; e ainda com a sátira de Chaucer ao farisaísmo no conto “Vendedor de indulgências” (*The Canterbury tales*), revivido pelo personagem queirosiano Raposão, atentando para os contextos socioculturais, para os valores e mentalidades das épocas em confronto.

Neste ano 2000, em que se completa um século do falecimento de Eça de Queirós, eternamente vivo através da sua obra admirável, voltaremos à reflexão, iniciada em estudo anterior (Maleval, 1994), sobre a retomada de textos e temas medievais que nela se pode observar.

Já desde o início da fecunda carreira do escritor isto se fazia notar nas *Prosas bárbaras*, como sabemos publicadas na *Gazeta de Portugal* entre 1866 e 1867 e coligidas postumamente. A propósito, o contemporâneo amigo e crítico de Eça, Jayme Batalha Reis, refletindo sobre a evocação da Idade Média efetivada pelos Românticos, e pelo Eça romântico desses primórdios, justifica-os, ressaltando que, “durante esta, gradualmente se formaram as nações modernas da Europa, na sua íntima complexidade sentimental” (Reis, Queirós, s.d., p. 21). Já desde aí avultaria a importância de ser levada em conta.

É certo que, na segunda fase da obra de Eça, a mais tipicamente realista-

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

naturalista, haveria um total repúdio do passado; até porque, segundo a definição expressa em 1871 pelo próprio Eça, na sua famosa conferência do Casino, “O Realismo deve ser perfeitamente do seu tempo, tomar a sua matéria na vida contemporânea” (Simões, 1970, p. 27).

Mas mesmo nesta fase o mundo medieval pode ser entrevisto, ainda que através da paródia em seu sentido mais iconoclasta (Sant’Anna, 1988, p. 12), como acontece em *A relíquia*, obra de transição. A ela retornaremos adiante.

Já nas obras da terceira e última fase essa presença voltaria novamente a se manifestar com toda a força e clareza, como se percebe em *A ilustre Casa de Ramires*, em alguns dos *Contos* – como “O defunto”, “O tesouro” (Maleval, 1994), etc. –, e na retomada de um gênero medieval, a hagiografia, nas *Últimas páginas*, confessando o autor ter-se enveado “outra vez, totalmente, no fantástico; quase naquele velho fantástico da *Gazeta de Portugal*” (Reis, [19--], p. 52). Mas mesmo nas demais obras o elogio do passado não deixa de acontecer. Por exemplo, em *A correspondência de Fradique Mendes*, este personagem confessava que “A saudade do velho Portugal era nele constante; e considerava que, por ter perdido esse tipo de civilização intensamente original, o mundo ficara diminuído” (Queirós, 1970, p. 132). Já em *A cidade e as serras* o próprio Jacinto, ao estabelecer o panegírico das “serras”, vale dizer, do campo e sua vida laboriosamente saudável, condenando a “cidade”, isto é, o excesso de comodidades e o ócio da civilização, não deixa também de estar apontando para as benesses do modo de produção agrário, em detrimento dos atuais modelos fundamentados essencialmente no comércio e na indústria.

Na impossibilidade de por ora examinarmos cada uma dessas obras, fixar-nos-emos em duas das narrativas queirosianas mais extensas, *A ilustre Casa de Ramires* e *A relíquia*, que retomam, embora de modos diversos, a Cavalaria e as peregrinações medievais, das quais Eça estabelece o contraponto, de pés fincados no Portugal decadentista do fim-do-século.

O CÓDIGO MEDIEVAL DA CAVALARIA

Julgamos oportuno rememorar os valores da Cavalaria através do *Livro da Ordem de Cavalaria* (Llull, 1992), composto pelo clérigo-poeta-pensador catalão Ramon Llull (1215-1315), escrito originalmente em catalão. Firmando a origem divina do poder na Terra, e as obrigações dos que o detêm, o *Livro* (que se apresenta ficcionalmente, no Prólogo, colocado nas mãos de um eremita, cavaleiro quando jovem, que o doa a um escudeiro-aspirante) ordena-se em sete partes, “` a semelhança dos sete planetas, que são corpos celestiais e governam e ordenam os corpos terrenos” (Llull, 1992, p. 9).

Inicia-se por destacar a origem e a necessidade dos guerreiros e líderes, uma vez que “faltou caridade, lealdade, justiça e verdade no mundo” (Llull, 1992, p. 17). Por isso, em cada grupo de mil homens escolheu-se, para governá-los e reconduzi-los às virtudes, ao amor e temor a Deus, “um homem mais amável, mais sábio, mais leal e mais forte, e com mais nobre ânimo, com mais ensinamentos e boa criação que todos os outros” (Llull, 1992, p. 17). E para conduzir o mais nobre dos homens, escolheu-se também o mais conveniente dos animais – o cavalo, por sua beleza, força, velocidade. Daí o termo *cavaleiro*. A este foram dadas as mais nobres armas “para combater e para se defender das feridas e da morte” (Llull, 1992, p. 17).

Ao serem apresentadas as atividades e os deveres inerentes ao ofício de cavaleiro, é enfatizada a sua semelhança ao ofício de clérigo, uma vez que ambos têm por finalidade “manter e defender a santa fé católica” (Llull, 1992, p. 23), obedecendo a hierarquias semelhantes: como à da Igreja, em que o Papa representa o Cristo na terra, seguido de uma rígida hierarquia clerical até hoje vigente, a hierarquia feudal tem no topo do senhorio Deus, abaixo do qual estão o Imperador, os reis, condes, infantões, escudeiros... – todos com as suas virtuosas obrigações de serviço e recompensa aos vassalos.

As obrigações do cavaleiro são claramente estipuladas: manter e defender o senhor terreno; assegurar a justiça; montar, caçar, duelar com destreza; conservar o feudo, a terra; agir com sabedoria e sensatez; proteger viúvas, órfãos e homens desvalidos – enfim, socorrer a todos que lhe estão abaixo em honra e força, bem como ao amo, a quem deve fidelidade irrestrita. Para o bom desempenho das suas missões, deveria ter castelo e cavalo para guardar os caminhos e defender os lavradores, as vilas e cidades; bem como para manter em justiça e ordem os mestres dos vários ofícios e os mercadores, perseguir os traidores, malfeitores e ladrões. O seu cavalo, as armaduras e armas deveriam estar sempre bem cuidados, prontos para a batalha. E o cavaleiro não poderia ser perjuro, nem luxurioso; mas sim justo, humilde e pacificador.

Para ser admitido na Ordem, o aspirante teria de passar por um rigoroso exame, no qual lhe seriam cobrados amor e temor a Deus, nobreza de coração, detendo as virtudes da fé, esperança, caridade, justiça, fortaleza, lealdade, etc.; deveria ter idade conveniente, nobreza de linhagem – antiga e continuada honra ou, no caso de não possuir brasão antigo, nobreza de costumes e ações –, educação, intenção altruísta, consciência dos deveres de cavaleiro, posses para fazer frente às despesas sem incorrer em tentações, físico adequado, conduta irrepreensível, humildade e discricção – enfim, não ser orgulhoso, grosseiro, maledicente e desbocado, sujo, cruel, avaro, mentiroso, desleal, preguiçoso, irascível, concupiscente, bêbado, glutão, perjuro...

Se aprovado, o seu processo de iniciação completar-se-ia com a ritualística religiosa da sagração do cavaleiro, que deveria ocorrer em dia santo festivo, de modo a contar com a participação de muitas pessoas. O ritual compreendia: confissão, co-

munhão, jejum, oração e contemplação por toda a noite de véspera; no dia seguinte, em missa solene, o escudeiro, perante o altar e o sacerdote que representa Deus na terra, oferecia-se à Igreja e à Cavalaria para ser Seu servidor. No sermão dessa missa seriam reafirmados os quatorze artigos em que se fundamenta a fé (o Credo), os dez mandamentos dados a Moisés no monte Sinai e os sete sacramentos da Igreja, os quais o cavaleiro deveria ter sempre em mente. Finalmente, diante do senhor também virtuoso que o sagraria, o aspirante se ajoelhava, levantando os olhos e as mãos para os Céus, recebendo do padrinho, após cingir-lhe a espada (ato significativo de castidade e justiça), o beijo (símbolo de caridade) e a bofetada (para lembrar-lhe as obrigações e a honraria recebida com o grau de Cavaleiro). Após a cerimônia religiosa, deveria cavalgar, para dar-se a conhecer pelo maior número de pessoas, e fazer doações, juntamente com o seu senhor, em meio aos festejos de praxe.

Suas armas detinham um sentido simbólico que deveria honrar: a espada teria a sua semelhança na cruz; a lança na retidão da verdade; o elmo na vergonha; a lorica significava a proteção contra vícios e faltas; as grevas de ferro a proteção que deveria dar aos caminhos; as esporas a diligência, experiência e ânsia para manter honrada a sua ordem; o gorjal a obediência; a maça a força de espírito. Além disso, a misericórdia (recebida com o beijo do padrinho) lembrar-lhe-ia o golpe de misericórdia devido ao inimigo; o escudo, o grau do ofício (situado entre o senhor e o povo) e a proteção devida ao amo; a sela, a firmeza da coragem e do cargo, no enfrentamento dos perigos e no desprezo à arrogância e às vaidades; o cavalo, que o fazia mais alto quando montado, a nobreza de coração. Deste, também os apetrechos tinham a sua simbologia: os freios lembrariam ao cavaleiro a necessidade de refrear a sua boca, impedindo-a de dizer feias palavras, e as suas mãos para que fossem comedidas no dar, não o levando à falência, e no ardor, para que não perdesse a sensatez; as rédeas lembrar-lhe-iam a necessidade de ir para onde a Ordem achasse necessário; a cabeçada, o uso constante da razão, que protege da vergonha e da infâmia; o jaez, a guarda e custódia dos próprios bens, para poder bastar-se no ofício; o perponte, os grandes trabalhos a serem feitos para honrar a Ordem; as insígnias (no escudo, na sela e no perponte) tinham a finalidade de fazer com que fosse louvado pelos feitos valerosos, pela destreza nas batalhas; e o estandarte, pertença do príncipe e do senhor, lembravam a obrigação do cavaleiro de manter-lhes a honra e a herança.

As suas ações deveriam sempre pautar-se pelas sete virtudes cristãs – as três teológicas, que são fé, esperança e caridade; e as quatro cardeais, que são justiça, prudência, fortaleza (estas se opondo aos sete pecados capitais, tais sejam gula, luxúria, avareza, preguiça, soberba, inveja, ira) e temperança. Eram-lhes também exigidos o desdém pelas superstições, o amor ao bem-comum e as boas companhias.

Finalmente, esse código de Cavalaria estabelecia igualmente as honrarias que teriam de ser dirigidas ao cavaleiro, que devia ser amado pela sua bondade, te-

mido pela sua força, louvado pelos seus bons feitos, solicitado pelos seus bons conselhos ao senhor.

Essas características idealizadas podem ser observadas em Galahad ou Galaaz, o mais perfeito herói da *Demanda do Santo Graal* (Nunes, 1995). Esta obra, em sua versão portuguesa, que teria sido composta entre 1230 e 1240 mas só chegou aos nossos dias através de manuscritos posteriores, apresenta nítida fusão do espírito bélico da Cavalaria com a religião. Assim, Galaaz, filho de Lancelot, que fora o campeão do rei Artur, é não apenas o mais destro, corajoso, belo e honrado cavaleiro, mas também o mais consagrado a Deus, o mais puro, sem qualquer mácula que impossibilite o alcance do Santo Graal.

Tendo em vista esses valores, será mais fácil analisarmos a maneira pela qual Eça estabeleceu o(s) contraponto(s) mencionados, através da composição de personagens representativos da sua época.

OS CAVALEIROS D'A ILUSTRE CASA DE RAMIRES

Através de *A ilustre Casa de Ramires*, temos, na esteira de Herculano, recriado o heróico e honrado passado dos ancestrais portugueses, na pessoa de Trutesindo Mendes Ramires, amigo e alferes-mor de D. Sancho I (Queirós, 1970, p. 489). O contraste com as fraquezas do presente (fim do século XIX), personificadas por Gonçalo Mendes Ramires, é flagrante. Mas é justamente esse fidalgo que, movido por interesses demagógicos, escreve a novela histórica, intitulada *A Torre dos Ramires*, baseado num poemeto, “Castelo de Santa Irenéia”, que o tio materno, Duarte, publicara “nos seus anos de ociosidade e imaginação” (Queirós, 1970, p. 492). E o faz instalado na sua biblioteca do Solar de Santa Irenéia, avistando a Torre inspiradora, “robusta sobrevivência do Paço acastelado, da falada Honra de Santa Irenéia, solar dos Mendes Ramires desde os meados do século X” (Queirós, 1970, p. 485).

Na novela que aos poucos compõe, os antepassados do século XII se destacam, antes de tudo, pela coragem, lealdade e honradez – elementos preconizados pelo Código de Cavalaria acima descrito. Mas, afastando-se dele, não se colocam a serviço de Deus, antes movem-se pelo orgulho, pela violência, pela insensatez e falta de compaixão. Isto se observa na medonha vingança aplicada por Trutesindo ao seu inimigo Lopo de Baião, morto lentamente sob a ação de sangue-sugas à sua vista. Este fora pretendente da filha do velho fidalgo, que arrogantemente lhe recusara por julgá-lo de ascendência indigna e por inimizades familiares; terminara por assassinar-lhe o filho, embora sob provocação e após ter proposto a paz, desdenhada pelos Ramires. Já aqui uma nota do “realismo” queirosiano, que não reproduz a imagem idealizada do herói-cavaleiro medieval preconizada pelos códigos clérico-cavaleiros-

cos – até porque a efetiva difusão desse ideal só ocorreria em Portugal em meados do século XIV, como afirma o historiador José Mattoso (1993, p.132). Mesmo assim, nas Ordenações Afonsinas, compiladas em meados do século XV, propunha-se que o ca-valeiro deveria ser cruel e impiedoso para com os inimigos, saqueando, ferindo e ma-tando sem compaixão (Marques, Serrão, 1985, v. II, p. 26).

Recordemos que Trutesindo jurara ao rei agonizante, Sancho I, proteger-lhe as infantas, D Teresa e D. Sancha, principalmente esta, que era a filha diletta do soberano. No cumprimento dessa missão, opõe-se com os seus às tropas do novo rei, Afonso II, comandadas por Lopo. Sem levar em conta as razões do soberano e o fato de as orgulhosas infantas, impelidas por clérigos e templários, terem se aliado ao rei de Leão, que invade Portugal, faz prevalecer as razões de honra, de fidelidade à palavra empenhada, seguidas pelas de vingança, sobre as questões político-ideológicas.

Já Gonçalo era considerado “o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal” (Queirós, 1970, p. 485), visto que

os Ramires entroncavam limpidamente a sua casa, por linha pura e sempre varonil, no filho do Conde Nuno Mendes, aquele agigantado Ordonho Mendes, senhor de Treixedo e de Santa Irenéia, que casou em 967 com Dona Elduara, Condessa de Carrion, filha de Bermudo, o Gotoso, rei de Leão.

Mais antigo na Espanha que o Condado Portucalense, rijamente com ele crescera e se afamara o Solar de Santa Irenéia – resistente como ele às fortunas e aos tempos. E depois, em cada lance forte da História de Portugal, sempre um Mendes Ramires avultou grandiosamente pelo heroísmo, pela lealdade, pelos nobres espíritos. (Queirós, 1970, p. 485-486)

Certamente que nem todos os descendentes são exemplares, e Eça não se esquece de mencioná-los (Queirós, 1970, p. 486-487). Mas o modelo que Gonçalo recria, o qual lançara mão da crueldade por vingança, mas baseado nos conceitos de honra, lealdade e coragem, valores do mundo feudal, é por ele desmerecido. Apresenta-se extremamente covarde quando tem de enfrentar o caseiro alcoólatra, Relho (Queirós, 1970, p. 495); ou o Casco, a quem faltara com a palavra empenhada, por ganância (Queirós, 1970, p. 564); ou ainda os valentões de Nacejas, que no entanto termina por vencer, graças ao chicote avoengo que lhe fora dado pelo aio Bento, e à fantástica transformação que nele se operara (Queirós, 1970, p. 665). Sendo dessa forma reabilitado, também o é com relação à justiça: sua atuação é desonrada e arbitrária ao denunciar o Casco, distorcendo a verdade dos fatos para não ser desprezado pelos seus “vassalos”; mas reabilita-se aos nossos olhos pela caridade para com o filho doente desse seu inimigo. Aliás, a compaixão pelos pobres e doentes se apresenta em outras passagens do romance – por exemplo, manda para uma desgraçada viúva convalescente o próprio jantar (Queirós, 1970, p. 498), e apeia do seu cavalo para que nele monte um humilde lavrador que tem a perna gravemente ferida (Quei-

rós, 1970, p. 527). O inusitado desta cena faz um outro personagem, Sanches Luce-na, exclaimar ter presenciado “uma coisa que poucas vezes se terá visto: o maior fidalgo de Portugal, a pé pela estrada de Corinde, levando à rédea no seu próprio cavalo um cavador de enxada!” (Queirós, 1970, p. 534).

Outro contraponto óbvio relaciona-se à honra familiar: vimos que o ódio do seu antepassado pelo inimigo crescera com a pretensão deste em casar-se com uma Ramires, o que não permite nem para livrar o filho capturado da morte; ao passo que Gonçalo não apenas esquece o ódio pelo ex-amigo, político licencioso e corrupto, ironicamente de sobrenome Cavaleiro, que desprezara a sua irmã Gracinha, após tê-la namorado; mas, por interesses políticos, facilita a reaproximação entre ambos, estando a irmã já casada, e expondo-a dessa forma ao (quase?) adultério (Queirós, 1970, p. 642). Traía profundamente, dessa forma, a sua estirpe; basta lembrarmos, com o narrador, que um dos seus ancestrais, Egas Ramires, condenava radicalmente o adultério feminino, a ponto de indispor-se com o rei D. Fernando por causa da mal-afamada rainha Leonor Teles:

fechado na sua Torre, com a levadiça erguida, as barbacãs eriçadas de frecheiros, nega acolhida a El-Rei D. Fernando e Leonor Teles que corriam o Norte em folgares e caçadas – para que a presença da adúltera não macule a pureza extreme do seu solar! (Queirós, 1970, p. 486)

Mas também desse pecado Gonçalo acaba de certa forma redimido, uma vez que contribui para reconduzir Gracinha à luz da razão, diante da carta anônima que a denunciava ao marido e que faz reacender-lhe os brios (Queirós, 1970, p. 672).

Enfim, Gonçalo vive entre as agruras do presente de fidalgo empobrecido e o passado idealizado, que termina por reprobar, uma vez que reconhece que “a ocupação dos Ramires, através dos séculos heróicos, consistira realmente em assassinar” (Queirós, 1970, p. 646). O seu processo de redenção pode ser entrevisto nos seguintes fatos: abandona a idéia de casar-se por interesse com uma rica viúva de maus antecedentes; sofre ao adotar condutas oportunistas e cabotinas, quando, por exemplo, finge desconhecer os amores adúlterinos de sua irmã com o Cavaleiro a quem quer agradar; e é não sem constrangimento que muda de partido, cortando laços de fidelidade antiga para ascender politicamente.

Vencidas facilmente as eleições, tendo ocasião de verificar o quanto era amado pelos seus “súditos”, vê a inutilidade de todos os atos infames que praticara para tornar-se Deputado: “todo o seu esforço tão desesperado, tão sem escrúpulos, lhe parecia ainda menos imoral que risível” (Queirós, 1970, p. 703). Quanto à outra batalha vencida por Gonçalo, na qual substituíra a espada pela pena, também não é meritória, apesar de a crítica tecer loas à sua novela, considerando-o superior a Herculano e Rebelo. O seu descaso pelo saber e pelas letras levam-no a basear-se funda-

mentalmente na pesquisa do tio Duarte. Além de que usava os livros empilhados de Walter Scott como aparador, ou os arremessava ao sabor da sua fúria, e, pior ainda, utilizara um antigo pergaminho como papel de embrulho.

Deputado em Lisboa, leva uma vida mundana que não o satisfaz e, como os seus antepassados navegadores, parte para a África, de onde volta enriquecido. Dentre os que vão dar-lhe as boas-vindas, uma emocionada e rica herdeira, a neta do Rio-Manso, a quem um dia oferecera uma cesta de rosas – nova possibilidade que se lhe oferece...

A sua vida é, pois, um constante peregrinar à busca de realizações que não o satisfazem. E a sua figura esfuma-se no final do romance, dando lugar à lenda ou versão que os outros dão aos seus atos: “muito leviano, muito incoerente... Mas [tendo] a raça que o salva” (Queirós, 1970, p. 714). Enfim, estes, os amigos, transformam-no na metáfora viva de Portugal, com suas grandezas e perdições.

O CAVALEIRO-PEREGRINO D’A RELÍQUIA

Se Gonçalo ora se afasta, ora se aproxima dos valores da Cavalaria, redimindo-se de muitas das suas faltas mas pecando pela volubilidade, Raposão, em *A relíquia*, faz com que o diálogo com a Idade Média se apresente de forma ainda mais satírica e risível, a modo do Quixote de Cervantes, dos personagens de Chaucer e dos Autos vicentinos, etc. Fixar-nos-emos na paródia da *Demanda do Santo Graal* (1995), que a obra estabelece, e na intertextualidade que mantém com um dos *Contos de Cantuária*, de Chaucer (1988).

A paródia dos cavaleiros e seus objetivos na *Demanda do Santo Graal* se desvela em vários aspectos. Raposão representa os restos da nobreza decadente dos fins do oitocentos, de forma picaresca, em oposição aos heróis das cavalarias. Evocando o processo de sagração do cavaleiro, vemos que o personagem queirociano, como os cavaleiros medievais, procede de família nobre e “serve” a uma “senhora” – a sua rigorosa tia materna – desde os sete anos, por motivo da morte do pai, ele que crescera órfão de mãe. E, como aqueles, é tornado simbolicamente um “cavaleiro”, ao ganhar da Titi um cavalo e um “soldo”:

Um cavalo! Oh, Padre Casimiro!

Um cavalo. E além disso, não querendo que seu sobrinho, já barbado, já letrado, sofresse um vexame, por lhe faltar às vezes um troco para deitar na salva de Nossa Senhora do Rosário, a Titi estabelecia-me uma mesada de três moedas. (Queirós, 1970, p. 1.112)

E também uma casaca, feita especialmente para ele (Queirós, 1970, p. 1.114).

Portanto, de forma caricatural, é “armado” cavaleiro, e não pelo senhor feudal, mas pela mulher, que aqui o representa – daí o seu caráter duro, autoritário, quase masculino, até por ser a detentora do poder, do dinheiro. Tal prêmio, não o consegue o personagem à custa de virtudes, batalhas e costumes honrados, como na Cavalaria, mas à custa de bajulação e falsidade.

Abriremos aqui um parêntese para lembrar, com Alfredo Bosi, que “a última fase de uma forma histórica mundial é a sua comédia. Os deuses já feridos de morte uma vez, tragicamente, no **Prometeu Acorrentado** de Ésquilo, tiveram de morrer uma vez mais, comicamente, nos diálogos de Luciano” (Bosi, 1977, p. 166). Mas, com relação à **Demanda** e outras narrativas do ciclo bretão ou arturiano, este é um fim que não termina jamais de findar, dadas as obras que a retomam na atualidade, e nem sempre de forma risível. No cinema, por exemplo, se de um lado temos um Brancaleone, de outro temos Excalibur, etc...

Por outro lado, não podemos deixar de destacar que do decadentismo do fim de oitocentos surge a arte moderna, reino da paródia, originalmente uma ode que subverte o sentido de outra. E **A relíquia** disso é um bom exemplo, no seu debochado diálogo com a Cavalaria e as peregrinações, tão sublimadas pelos românticos.

Voltemos à comparação entre os seus protagonistas: Galaaz consegue a honra, bate-se pela castidade jurada, não se deixando seduzir pela filha do rei Brutus (1995, p. 93-94); e alcança, pelas suas qualidades morais e espirituais, o Santo Vaso e o Céu, morrendo na companhia do filho de José de Arimatéia, que como ele viu “as maravilhas do Santo Graal”, sendo ambos igualmente virgens (1995, p. 456). Já Raposão é um mulherengo inveterado, que acaba sendo desmascarado pela “Titi”, às expensas da qual vivia. Ambos partem à busca de uma relíquia, que representa, para Galaaz, a ascese espiritual, e para Raposão, a ascensão social, a riqueza, que seria alcançada com o perdão e a conseqüente herança da tia. Porque deste os valores são os do materialismo, tornando-se *palmeiro*, isto é, peregrino na Terra Santa (Alighieri, 1966, p. 104-105), compulsoriamente.

Herdeira da condenação do corpo, que na Idade Média a Igreja impusera, é a Tia Patrocínio, sempre vestida com austeridade, e avessa aos arroubos donjuanescos do sobrinho:

Donzela, e velha, e ressequida como um galho de sarmento; não tendo jamais provado na lívida pele senão os bigodes do Comendador G. Godinho, paternais e grisalhos; resmungando incessantemente, diante de Cristo nu (...) a Titi entranhara-se, pouco a pouco, de um rancor invejoso e amargo a todas as formas e a todas as graças do amor humano (...) Quando sabia de uma senhora que tivera um filho, cuspiam para o lado, rosnavam – “que nojo!” E quase achava a Natureza obscena por ter criado dois sexos. (Queirós, 1970, p. 1.115-1.116)

Na **Demanda**, o itinerário de iniciação e de provas apresenta-se marcado

por passagens pela floresta, que constituem tantos momentos de recolhimento e de peregrinação. Em contraponto, o personagem de Eça, obrigado pelas circunstâncias, para redimir-se aos olhos da tia parte em peregrinação à Palestina, onde tem a oportunidade de conhecer o deserto, que dentro do eremitismo ocidental fora substituído pela floresta e pela ilha. Só que a peregrinação do herói d’**A relíquia**, em vez de levá-lo à sacralidade e à resignação, fá-lo analisar e questionar a paixão de Cristo, e denunciar a mistificação que é causa e consequência de uma religião e seu desvirtuamento. Mesmo que, por ocasião do seu fantástico regresso ao passado, à época de Jesus, tenha por vezes acessos de clarividência, como ao lamentar a morte do “justo que, penetrado do esplendor de Deus, ensine a adoração em espírito ou cheio do amor dos homens proclame o reino da igualdade” (Queirós, 1970, p. 1.221).

Mas a peregrinação não faz o personagem abrir mão de seu materialismo e sensualidade. Em suma, nessa obra temos uma espécie de universo cavaleiresco-religioso ao inverso, onde os temas principais são: a sensualidade e libertinagem, o ócio, a cobiça e a falsa religiosidade.

A relíquia apresenta parentesco bastante evidente com “The pardoner’s tale”, de Geoffrey Chaucer, o conhecido escritor medieval inglês (1340/1400). Retoma o discurso do vendedor de indulgências, um dos personagens-narradores das histórias de Cantuária (**The Canterbury Tales**). Este, ao falar cinicamente aos companheiros de romaria sobre as pregações com que costumava enganar aos beatos simplórios, revela a eficácia persuasiva dos “exemplos de histórias antigas, de épocas bem remotas, porque a gente simples gosta de histórias antigas, que podem ser repetidas e guardadas na memória” (Chaucer, 1988, p. 243).¹ Com elas, tendo a máxima “Radix malorum est Cupiditas” por tema, portanto combatendo a avareza, induz os fiéis a generosas doações, à compra de milagrosas “reliquias”, na verdade “trapos e ossos”, por exemplo “uma omoplata de carneiro que pertencera a um santo patriarca hebreu” (Chaucer, 1988, p. 242).

É muito provável que Eça tivesse conhecimento direto da obra de Chaucer, até porque a sua estadia na Inglaterra como diplomata, de 1874 a 1888, facilitava o contato com um autor que, como ele, se preocupava em tecer um rico painel social e humano da época em que viveram, criticando-lhes certos tipos e mazelas. No caso desse conto do autor medieval, denuncia-se o beatismo estúpido e o farisaísmo por parte dos que dele se aproveitam, transformando em preciosas “santas relíquias” antiquilhas sem valor, fonte de lucro para os aproveitadores da ingenuidade religiosa do povo. É justamente este o tema (ou um dos temas) de **A relíquia** queirosiana, indicado desde o título. Confronte-se o paralelismo dos trechos de ambas as obras:

¹ Nesse discurso, aliás, insere-se um *exemplum* também revisitado por Eça no conto “O tesouro”, que analisamos em estudo anterior. (Maleval, 1994)

“tenho, no meu malote, relíquias e indulgências como poucas na Inglaterra, e que o Papa me entregou com suas próprias mãos...” (Chaucer, 1988, p. 251) – diz o personagem de Chaucer. “Eu não quis revelar ainda a relíquia que vem aqui no caixotinho, porque assim mo recomendou o senhor Patriarca de Jerusalém...” (Queirós, 1970, p. 1.254) – é o eco que se constata no personagem oitocentista.

Como o vendedor de indulgências, Raposão, após ter sido desmascarado perante os olhos da rica e beata Titi, passa algum tempo se mantendo com a venda das falsas relíquias às beatas, nas portas das igrejas. E dos seus pregões salta o cômico: “Quinze tostões por água pura de São João! Boa! Em pouca conta tem Vossa Senhoria o nosso São João Batista... Quinze tostões! Chega a ser impiedade!...” (Queirós, 1970, p. 1.258). Enfim, fica claro que, como Chaucer, Eça critica a degeneração dos costumes, a ganância pelo lucro paralela à ignorância, ao fanatismo religioso, que tanto nos fins da Idade Média como no século XIX aconteciam.

Também o farisaísmo dos padres, a modo de Gil Vicente, é focalizado satiricamente. Tal se depreende da figura do Padre Negrão, também sobrinho da Titi, que acaba por herdar-lhe os bens. Este,

vivia ao pé de Torres. Nunca vinha a Lisboa, que lhe fazia nojo, com tanta relaxação... Só por ela, e para ajudar nos seus negócios, é que o santinho condescendera em deixar a sua aldeia. E tão delicado, tão serviçal!... Ai! Era uma perfeição! (Queirós, 1970, p. 1.246)



Para finalizar, lembráramos António Sérgio ao concluir que a solução queirosiana proposta nas suas hagiografias seria que

o perfeito antídoto para o tédio da vida, para o fastio das paixões, para a inércia do intelecto – está no magnânimo trabalho para o bem do próximo, no amor espiritual, na atuação generosa: numa interpretação racionalista dos dizeres do Cristo... (Queirós, 1979, p. 86)

Mesmo o contraditório protagonista de **A relíquia**, nos momentos em que incorpora as reflexões do autor, tem consciência da vanidade mundanal, como por exemplo no parágrafo final desta obra, em que narra as suas memórias, ao referir-se ao “descarado heroísmo de afirmar” que “cria, através da universal ilusão, ciências e religiões” (Queirós, 1970, p. 1.270). Quanto a Gonçalo, nada pesa mais na balança da sua redenção do que a sua compaixão pelos doentes e desvalidos. Além do que, a sua trajetória de vida, o tédio das suas vitórias, não faz mais que confirmar as palavras de António Sérgio. De nossa parte, consideramos que, mesmo no seio da paródia, Eça vem ratificar ensinamentos básicos do Cristo, que na Idade Média como hoje propagam o amor ao próximo e o desapego aos bens materiais – por exemplo, a

máxima retomada por Chaucer em seu também irreverente conto: *Radix malorum est cupiditas*, ou seja, a avareza, o amor aos bens materiais é a raiz de todos os males. Portanto, muito mais que subordinada ao niilismo finissecular, a posição queirosiana é cristãmente revolucionária.

RÉSUMÉ

Analyse des parodies du chevalier et du pèlerin médiévaux établies par Eça de Queirós dans *L'illustre maison des Ramires* et *Les Reliquaires* face au code chevaleresque enregistré dans le *Livre de l'Ordre de la Chevalerie*, de Ramon Llull, incarné par Galaaz, dans la *Demande du Saint Graal*; face également à la satire de Chaucer au pharisaïsme dans le conte "Le Vendeur des indulgences" (*The Canterbury tales*), repris par le personnage queirosien Raposo, en mettant l'accent sur les valeurs et les mentalités des époques en confrontation.

Referências bibliográficas

- A DEMANDA do Santo Graal. Ed. de Irene Freire Nunes. Lisboa: IN-CM, 1995.
- ALIGHIERI, Dante. *Vida nova*. Trad. de Paulo M. Oliveira e Blasio Demetrio. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1966.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- CHAUCER, Geoffrey. *Os contos de Cantuária*. Trad. e notas de Paulo Vizioli. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1988.
- LLULL, Ramon. *Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad. Artur Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Eça, leitor de *exempla* medievos. In *Boletim / CESP*, v. 14, n. 18, p. 91-98, jul./dez. 1994.
- MARQUES, A H. de Oliveira. Cavalaria (vb). In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. 6 vols. Porto: Figueirinhas, 1985. Vol. II, p. 26.
- MATTOSO, José. Cavalaria (vb). In: LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p. 152-154.
- QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970. 2 vols.
- REIS, Jayme Batalha. Introdução a QUEIRÓS, Eça de. *Prosas bárbaras*. Porto, Lello & Irmão, [19--]. p. 5-53.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- SÉRGIO, António. Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na novelística de Queirós. In QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970. p. 47-87.
- SIMÕES, João Gaspar. Estudo crítico-biográfico introdutório a QUEIRÓS, Eça. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970. p. 12-42.